

Dimensões políticas dos discursos rondonianos

Political dimensions of Rondonian speeches

Pedro Libanio Ribeiro de Carvalho 

Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Estágio pós-doutoral em Museologia. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: O artigo apresenta uma etnografia de dois discursos – da ciência e da civilização dos índios – veiculados na imprensa entre 1900 e 1920. O primeiro trata da influência de teorias científicas generalizantes na sociedade, o segundo, da narração do contato interétnico dentro do projeto de nação. Nos textos, a modernidade era difundida como um fim em si, usada como ferramenta para convencimento do leitor urbano acerca de tal projeto. Examinam-se as mudanças sutis nos textos que mantêm os discursos operantes com base em suas condições de elaboração, temáticas recorrentes e intenções dos enunciadores. O corte sincrônico permite analisar os eventos-chave que auxiliaram na divulgação dos trabalhos de Candido Rondon e do Museu Nacional.

Palavras-chave: Análise do discurso. Rondon. Museu Nacional.

Abstract: The article presents an ethnography analysis of discourses of science and civilization of the Indians published in the press between 1900 and 1920. The first addresses with the influence of generalizing scientific theories on society, while the second with the narration of interethnic contact within the national project. In the texts, modernity is disseminated as an end in itself, serving as a tool to persuade urban readers of such a project. The subtle shifts in the texts that sustain these discourses are examined based on their conditions of production, recurring themes, and the intentions of their enunciators. The synchronic perspective allows for the analyze of key events that contributed to publicizing the work of Candido Rondon and the National Museum.

Keywords: Speech analysis. Rondon. National Museum.

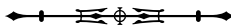
Carvalho, P. L. R. de. (2026). Dimensões políticas dos discursos rondonianos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 21(1), e20240045. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0045>

Autor para correspondência: Pedro Libanio de Carvalho. Universidade de São Paulo. Av. Professor Almeida Prado, 1466 – Cidade Universitária. São Paulo, SP, Brasil. CEP 05508-070 (pedrolibanio@gmail.com).

Recebido em 25/07/2024

Aprovado em 27/03/2025

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

Neste artigo, faço uma etnografia das falas sobre os povos indígenas. Trabalho a reverberação da divulgação científica do Museu Nacional na imprensa. Sob a perspectiva entre linguística e teorias antropológicas, examino relações próximas entre dois discursos importantes e veiculados em diferentes suportes entre 1900 e 1920: o discurso da ciência e o da civilização dos índios. Eram imbricados um no outro, mas também poderiam ser vistos em separado.

A inserção do Brasil no contexto científico e econômico mundial trouxe o embevecimento da sociedade urbana com a modernidade e com as grandes ideias liberais. O Rio de Janeiro, como capital federal e maior porto do país, era centro irradiador desse movimento. Nesse contexto socioeconômico, os dois discursos foram usados dentro do espírito da modernidade almejada¹ do período e sofreram modificações ao longo do tempo para a melhor organização das forças políticas que os usavam. Foram mantidos na mídia, por meio da espetacularização dos trabalhos dos representantes do Estado (a Comissão Rondon² e o Museu Nacional) no sertão.

Pela imprensa, saliento eventos e tomadas de posição que possibilitam a análise desses discursos por meios de tópicos recorrentes, ferramentas retóricas e o uso e reuso ideológico. O discurso da ciência, aqui, não é exatamente uma descrição objetiva ou o uso dos métodos científicos, mas emprego de teorias generalizantes que explicam o país. Pelo início do profissionalismo na imprensa, a ciência periodista tem a objetividade cambiável em que os efeitos

de sentido não são dados pelos fatos (Florin, 2008). O discurso da civilização do índio traz narração de contato entre grupos humanos distintos, mas é também controle e dominação. Sob a perspectiva de Said (2003), é parte de uma disciplina, elaborada e contextualizada para angariar simpatia dos cidadãos da metrópole para um projeto colonial específico.

MODERNIDADE COMO CONDIÇÃO DE PRODUÇÃO

Todo discurso está imerso em seu tempo e traz consigo fatores que reafirmam, refutam e reorganizam a realidade, por isso é preciso compreender o contexto social, político e econômico brasileiro e mundial. O discurso é constituinte da subjetividade, é troca de efeito de sentido³ entre interlocutores (Orlandi, 2000). É a organização de um entrecruzamento de proposições, enunciados, “dentro do qual e pelo qual o mundo pode ser conhecido” (Ashcroft & Ahluwalia, 2001). A realidade se forma e se reafirma discursivamente por meio das interações. Nesse sentido, o discurso é instantâneo, dado que é individual e de momento, e também posição política, pois é coletivo e memória. É já-dito e intertexto⁴. Procuo aqui argumentações, reproduções e tópicos recorrentes de certas parcelas dos discursos em diversos textos. São *topoi*, pontos de apoio que engatilham raciocínios lógicos, que iniciam as teses que devem ser reproduzidas. O discurso não é válido por sua tese em si, mas por sua reprodução. Não elaboro juízos de valor sobre as teses, mas busco analisar as forças políticas que se

¹ Para Canclini (1997), a modernidade foi encarada de forma diferente em cada país e, penso aqui, por cada grupo social, justamente por uma dinâmica particular dos grupos entre si e com os processos de modernização, que, por razões diversas, se diferenciavam da política de cada lugar. Por exemplo, as instituições em que se organizavam intelectuais reinterpretavam o Brasil por meio das teorias científicas distintas (Cid & Waizbord, 2006, p. 215). Uso o termo modernidade almejada, pois os diversos grupos têm percepções distintas do que seria a modernidade: para um, a instantaneidade da riqueza e da ciranda financeira e a suposta igualdade de relações sociais, para outro, o escoamento fácil de produtos e a manutenção do poder local. A modernidade não era pensada como inclusiva, mas como uso e descarte do outro.

² Nome divulgado pela imprensa da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, que ligou Cuiabá, Mato Grosso, a Santo Antônio do Madeira (atual Porto Velho, Rondônia) entre 1907 e 1915.

³ Utilizo aqui a definição de efeito de sentido como possibilidade de realidade dentro de um contexto. Efeito de sentido não é o real, mas uma sensação de realidade. São o duplo sentido e a ambiguidade que deixam o receptor tirar sua conclusão (Greimas & Courtès, 1979, p. 136).

⁴ Já-dito é memória no sentido de uso cotidiano das palavras, por meio de expressões generalizantes. O interdiscurso é memória que remete à filiação de sentidos em determinado contexto. É ligação entre diversos sentidos similares que indicam filiação ideológica (Orlandi, 2000).



engendraram para a reprodução, as disputas internas e os silenciamentos de teses concorrentes. O artigo procura os lugares de convergência e de tensão entre os discursos.

Condição de produção é a concorrência de várias partes para o exame da gênese do discurso. Assim, não saliento a primeira vez que uma posição foi tomada, mas o conjunto de situações, fatos e elementos que contribuíram para a produção do discurso. Nesse sentido, a condição de produção é exterior ao discurso (Orlandi, 1987). Observa-se contexto momentâneo e posição política: por qual motivo um discurso foi utilizado como reação; e, num sentido mais amplo, quais as representações em que se ancora, quais são as posições objetivas e subjetivas nas relações de poder e embate entre os interlocutores (Orlandi, 2000, p. 31). O corte sincrônico, entre 1900 e 1920, permite analisar um reuso específico do momento e sua adequação política.

A Primeira República é marcada pela acomodação do regime e pela reorganização das oligarquias. Os dois primeiros presidentes do século XX, Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), traçaram um "movimento de pêndulo que vai da recessão saneadora ao desenvolvimento inflacionário" (Pilagallo, 2002, p. 3). Tal afirmação indica que a modernidade teria seu preço.

O país estava imerso numa mudança incerta mesclada com fé nas ideias liberais. O Brasil era um paradoxo entre o arcaico e uma modernidade almejada, a sociedade imperial seria sobrepujada por uma nova sociedade liberal e republicana. Sevcenko (1995) indica que o Rio de Janeiro era o epicentro desse terremoto de mudanças. A capital federal servia de exemplo das transformações tanto na infraestrutura física quanto na mentalidade. O autor assinala que o torvelinho de emoções e de transformações traz consigo questões idiossincráticas. Tratada como "regeneração" pela imprensa da época, tal mudança é tida como redentora (Sevcenko, 1995, p. 30).

Essa modernidade almejada, o espírito do tempo, é a subjetivação do pensamento e da cultura de sua época. A mudança não é necessariamente radical, mas, na modernidade, pode ocorrer mais rápido do que o

homem pode digerir e com intervalos irregulares. Uma característica da modernidade é devorar o antigo, que lhe serve de parâmetro (Ianni, 1990). No sentido generalizante e extremamente liberal, a modernidade 'regeneradora' seria marcha nihilista de terra arrasada, eliminação da antiga sociedade e das camadas populares, que abriria espaço para que uma civilização ocidental e cosmopolita brotasse da sementeira da iniciativa privada aliada a um estado liberal.

Sevcenko (1995) e Ianni (1990) salientam que, nesse momento, a intelectualidade toma consciência de que há um antagonismo particular no Brasil, entre moderno e arcaico, litoral e sertão, urbano e rural. No entanto, o primeiro indica que haveria uma prevalência de um sobre o outro ou, como ele mesmo denomina, um ajustamento (Sevcenko, 1995, p. 32). Como apresentou o segundo, há uma imposição de regras e a necessidade de adequações do arcaico ao moderno. A modernização é uma aproximação forçada ao Ocidente, importada por elites que administravam o processo (Ianni, 1996). A tropicalização, ou seja, a adequação do que sobrou ou até do que resistiu à modernidade, se dá em um momento posterior, como em um freio de arrumação ou em lutas surdas ao longo do tempo. A tropicalização é simultaneidade e reorganização entre padrões, valores e manifestações culturais importadas e nativas.

A modernidade é vista como um fim em si mesmo, ainda que nunca alcançado. Cada grupo político-social tinha uma visão particular do que era ser moderno ou de como participar dessa nova ordem mundial. É forçoso perceber que algumas concepções particulares de modernidade ganham um tom caricato. Isso porque é uma "cópia" colocada em lugar em que não se encaixa (Ianni, 1990). Devido à marcha voraz que engole o antigo, a transformação moderna é feita de forma açodada. Isso causa um amálgama de articulações entre conceitos generalizantes, objetificações e diversidades que se querem mostrar como pares, semelhantes. Tais mudanças e deslocamentos são, ao mesmo tempo, individuais e coletivos. Sevcenko (1995, p. 26) descreve o tipo médio do cidadão moderno como



a contradição entre os termos nos quais ele se apresenta: um 'conservador arrojado' e com desejo por prata, título, *commodities* (café, borracha, entre outros). A contradição se explica por um empreendedorismo e uma livre iniciativa típicos do liberalismo tropical brasileiro amparado pelo Estado, o grande esteio econômico do país desde a Colônia (Carvalho, 1990). A vivacidade comercial e financeira republicana era a antagonista da pasmaceira imperial.

AS RELAÇÕES PRÓXIMAS ENTRE MUSEU, COMISSÃO RONDON E IMPRENSA

Desde a Exposição Antropológica de 1889, no Museu Nacional, a grande questão era a diferença entre a antropologia apresentada e a importância dada às origens indígenas do Brasil. Naquele momento, o indígena exótico contrastava com indígena romântico (preferivelmente extinto e tupi). O Museu Nacional, por seu diretor Ladislau Netto, queria erguer o Brasil à intelectualidade mundial, mas como conciliar que a parte mais brasileira da população, o indígena, encontrava-se em "grau civilizacional mais baixo" (Monteiro, 1996, p. 15). Ainda no Império, a ideia romântica de nação esmoreceu e o Museu Nacional ganhou protagonismo pelo estudo científico dos indígenas.

O início da República coincidiu, em parte, com a 'era de ouro dos museus' (1870-1930). Foi nas administrações de Ladislau Netto (1874-1893) e de João Batista Lacerda (1895-1915) que o Museu Nacional ganhou lugar privilegiado, ao seguir o modelo de instituições europeias e participar do circuito internacional de permuta de objetos e produção científica (Schwarcz, 1993), tomando posição política ao emprestar funcionários para os diversos estudos etnográficos, mineralógicos etc. da Comissão Rondon (Santos, 2019). Para o público, museu e militares agiram sobre a terra e o povo no sentido da 'regeneração'.

Segundo Schwarcz (1993), a fragilidade dos museus brasileiros estava na dependência de diretores fortes que norteavam o debate científico e acadêmico, controlando desde a organização de coleções e revistas até a contratação de pessoal. Entre 1876 e 1900, os Archivos do

Museu Nacional apresentaram 78% de artigos de ciências naturais, enquanto antropologia e arqueologia representaram 11% e 10%, respectivamente (Schwarcz, 1993, p. 103). No período, a antropologia estava ligada à medicina e ao estudo comparativo de características físicas. A etnografia tinha base no estudo da cultura material, tida como possibilidade de mensuração de estágios civilizacionais. Em 1906, Roquette-Pinto iniciou uma reorganização da Quarta Seção do Museu Nacional, visando modernizar o trabalho e unir as coleções em um único catálogo.

Nessa modernidade move-diga, Rondon trazia uma noção de estabilidade, dada por sua posição de militar, engenheiro e positivista. Na imprensa, ele era o homem de ciência certo no lugar certo. Era o já-dito do bandeirante. Representava as relações entre os positivistas e a doutrina liberal em uma faceta da modernidade que agradava diversos grupos: intervencionista o suficiente para colocar em prática a ciência transformadora e ordenadora com a linha telegráfica; civilista e conservador o bastante para evitar levantes internos e acomodar grupos de interesse (Carvalho, 2005). A modernidade almejada positivista seria difusionista, partindo de um centro único, e conduziria o Brasil para um lugar altivo, com ordem, guias, regramentos, controles e evitando outras opções. O assimilacionismo está na base do conceito de tutela utilizado pelos militares (Carvalho, 2005). A modernidade é mudança de paradigma, mesmo que autoritário, dado que tira o outro de seu lugar.

A partir do final do século XIX, a imprensa artesanal abriu espaço para a industrial. O jornalismo da Primeira República era ainda carregado daquele do Império: eminentemente opinativo, político, panfletário e pautado pela emoção do autor. O semiprofissionalismo permitiu o posicionamento do autor em relação ao objeto. Escreviam para os pares e para os concorrentes (A. Rêgo, 2021; Sodré, 1966). Tal atuação torna mais fácil examinar o perfil editorial, devido ao jogo político de alinhamentos e oposições, do que a autoria dos textos. Era imprescindível que os símbolos da evolução tecnológica modernizante



figurassem em seções como “Nos estados”, “Movimento do porto”, “Partidas e chegadas”, “Telegramas”.

Revistas ilustradas foram os grandes veículos de comunicação e abrangiam tudo: política, economia, cultura, *faits divers*. Em contraponto, o jornal diário não era apenas monótono e sisudo (Teixeira, 2001), mas pequeno, com média de quatro a seis páginas. Rondon tinha seu trabalho divulgado em importantes veículos de diferentes matizes, como o órgão do Partido Republicano Paulista, o Correio Paulistano, o do Partido Republicano Paranaense, A Republica, além de O Estado de São Paulo, O Paiz e o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

A aquisição de maquinário moderno impulsionou uma revolução no mercado editorial brasileiro em diversos sentidos. A maior capacidade de impressão permitiu nova diagramação e paginação, o que criou um ambiente para substituição do estilo literário por um texto que se encaixa no modelo de comunicação de massa (Pessoa, 2021). Uma linguagem mais ágil contribuiu para o deslocamento do ambiente dos intelectuais, para a imprensa se tornar porta-voz de representações de modernidade e auxiliou a impulsionar uma classe de produtores e consumidores de notícias e informação⁵. É nesse ponto que a imprensa e os museus são peças-chave do debate, são atores no teatro de modernizações e mediadores entre sertão e litoral. São tradutores entre diferenças, pois tinham papel de fazer seguir a marcha da modernidade (Velloso, 2001; Sevckenko, 1995; Schwarcz, 1993). O museu funciona como avalista, e a imprensa compreende o impacto que tem. A crônica ganha importância ao impor ordem às incertezas do momento, a insegurança é substituída pelo que está em voga, assim, o cronista norteia seus leitores (Sevckenko, 1995, p. 38). De modo geral, veículos de imprensa são importantes peças do jogo político e tendem a padronizar a informação, criando um amálgama de valores éticos e culturais, de comportamento e de pensamento que

reproduzem uma ideologia (Van Dijk, 2010; Sodré, 1966). O jornalismo é uma forma de internalizar e reafirmar o espírito do tempo. Assim, a imprensa legitima um modo de vida, por ser elemento de reafirmação de uma determinada ordem social (Sevckenko, 1995).

Sevckenko (1995) salienta a força da imprensa em campanhas sistemáticas contra determinados alvos representantes, por definição, do atraso: o mendigo, o caboclo e aquele que foi exaltado como o genuíno elemento nacional, o indígena.

CIÊNCIA E CIVILIZAÇÃO, MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO

Não examino o oficial, mas o oficioso: a imprensa reverberando e reiterando discursos. Nesse sentido, Said (2003) indica que a secularização das diversas disciplinas que estudaram o Oriente auxiliou na elaboração de um discurso sobre ele. Tais “disciplinas diluídas” e popularizadas pela imprensa criam sensação de pertencimento nos leitores e, assim, intensificam sua própria disseminação orgânica. Os discursos da ciência e da civilização dos índios são intrincados ao longo do período estudado, mas é possível observá-los em separado.

Saliento que há uma diferença entre discurso científico e discurso da ciência, principalmente quando veiculado pela imprensa. O primeiro é a escrita objetiva, na qual impessoalidade e a metodologia auxiliam na exposição do objeto. No Museu Nacional, o discurso está nas descrições dos objetos etnográficos, no uso de termos corretos, na explanação de sua função, seu local de origem etc., por meio do qual são exemplificados os estágios evolutivos.

Na imprensa, o discurso da ciência é também descritivo. É forma científica de conhecer o mundo e quem o habita. É utilização cotidiana do amálgama das teorias científicas da época e exposição técnica da modernização. Por sua permeabilidade, o discurso da ciência é a escrita

⁵ É importante ressaltar que letrados representavam apenas 15% da população e se concentravam basicamente nos grandes centros (Sevckenko, 1995).

objetiva maleável empregada para dar aval a ações sobre a terra e a população. É o argumento de autoridade usado pela vontade do autor. Mostrava-se cotidiano nas resenhas de livros científicos, com notas apaixonadas pela teoria⁶. Esse cientificismo periodista tinha algumas particularidades: o *name dropping* científico (poderiam ser pessoas, designações ou teses), o primitivismo, o assimilacionismo, o progresso e a modernidade como fim em si etc. O cientificismo tem reflexo no indigenismo do período; já o assimilacionismo se mostra como a força da sociedade ocidental, um todo implacável que engole aquele que não faz parte dela ou lhe é inferior.

Já o discurso da civilização dos índios é a narração da situação de contato interétnico. Com Rondon, o Estado domina a história e não permite concorrência. É importante observar que o discurso era sobre os indígenas, e não destinado a eles, que não eram o leitor final nem tinham voz, ainda que apareçam como personagens. Eram agentes de ações pontuais, elementos ideológicos do discurso, no mais das vezes reificados como pertencentes a um estágio inferior de evolução. Ocupavam um lugar que foi do indígena romântico, que não se encaixava no espírito do período.

A narração e a documentação do contato fazem parte da força de uma retórica de transformar o indígena em cidadão. Segundo João Pacheco de Oliveira (citado por Lima, 1995, p. 40), o conflito é tomado como forma estruturante fundamental da interação, e não há um equilíbrio estático. O discurso tem variantes: relatos de encontros entre indígenas, dadas as relações mais próximas entre uns e outros, e não indígenas; relatos da força, correrias no Paraná e Santa Catarina, que passavam a ideia de lição corretiva; espoliação de território; e também interação pacífica ou eventos dentro do contexto de contato.

O efeito de sentido era encaminhar a narração da forma que se desejasse.

A história é modificada enquanto é contada, as mudanças discursivas são sutis ao longo do tempo. Conforme Tacca (2001, p. 18) indica, a Comissão Rondon criava um imaginário sobre o sertão e os indígenas. E a fotografia e os filmes etnográficos, usados amplamente pela comissão, também auxiliaram a calcar a imagem dos indígenas como exóticos.

Lima (1992) salienta que, durante o período da Primeira República, como principal produto de exportação, o café detinha toda a força política, mas o indigenismo era estrategicamente importante, dadas suas aspirações modernizantes. Indico aqui a causa indígena dentro do projeto de nação tocado pelos agentes do Estado, no caso, os militares positivistas que instalavam linhas telegráficas. Na divulgação da imprensa, inúmeras vezes o trabalho da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção do Índio (SPI)⁷ se misturam e se confundem.

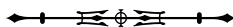
1900-1908: BARBARISMO

A imprensa se faz acreditar por imparcial e objetiva para legitimar a informação veiculada. Ao narrar o cotidiano, recria, reafirma ou transforma a realidade, atualiza fatos que já estão na memória do leitor, reorganizando o passado no presente (Orlandi, 2000). A memória do leitor médio brasileiro estava povoada dos modelos e simulacros de indígenas com base em relatos de viagem, teorias científicas e fantasia. O indígena surge na mistura de informação cotidiana e narrativa fantástica. Diversas matérias indicam etapas civilizacionais com base em ataques cruéis, raptos, perseguições, rituais exóticos, antropofagia etc.

Veiculados em jornais de diversos matizes editoriais, memoriais sobre a colonização europeia ou sobre questões de limites entre estados usam o indígena como ferramenta

⁶ Abreu (1998, p. 255) assinala a combatividade da ciência nas críticas positivas a "Os sertões", de Silvio Romero.

⁷ O SPI foi o primeiro órgão estatal e centralizador no trato com os indígenas, "com a mesma metodologia para todas as etnias" (Lima, 1992, p. 155).



retórica, como *tópos* recorrente, marcos territoriais que também servem como pretexto para conquista. A lógica da argumentação depende das relações entre estes e os colonizadores; como na cartografia antiga, tais fronteiras indicam o domínio do outro (Knauss et al., 2010). A narrativa desse discurso de civilização do índio tem dois caminhos que enaltecem o elemento europeu, já-ditos da noção do caçador de riquezas do *Wild West*, da fronteira a ser desbravada, ou a ideia do religioso catequizador, transformador de população.

Como exemplo, trago querelas sobre os limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, prévias à Guerra do Contestado (1912-1916). Em A República, Martins (1901) indica que o escambo com os Carijós permitiu aos europeus que chegaram à ilha da Cotinga, em Paranaguá, explorar os rios Guaraguaçu, dos Almeidas e Correias. Segundo o conselheiro Manuel Mafra, a criação da vila de Lages, em 1766, foi uma usurpação de “sertões dilatados povoados pelo gentio”, e o governador de São Paulo “resolveu fazer guerra aos índios, que infestavam os campos de Curitiba, Guarapuava e de Lages” (Mafra, 1904). Os textos indicam que a colonização tirou os habitantes originais de seu território (Monteiro, 1994).

Em inúmeros jornais, informações imprecisas em poucas linhas criam uma realidade de ataques, matanças e roubos. O Paiz, na seção “Notícias do Norte” (1900), ocupa-se de assuntos variados: “Liga contra a tuberculose do Pará”; “Associação Humanitária Liga Cearense”; e até um caso de morte durante uma briga entre músicos de banda militar, em Manaus. A notícia “Parintintins em suas correrias mataram duas mulheres às margens do Madeira” segue o enredo de um conto fantástico de Robert E. Howard. As relações interétnicas aparecem no choque entre civilização e barbárie. O local não é especificado e o motivo do ataque não é declarado, mas a perseguição é descrita com detalhes: passando por ‘igapés’ e bambuzais até a maloca Parintintin (“Notícias do Norte”, 1900). As escaramuças são pormenorizadas. As relações interétnicas tem uma perspectiva superficial, apesar da introdução de

novos personagens, os Jarus, “índios inteligentes, dóceis e simpáticos” e inimigos históricos dos Parintintins. A definição supostamente apresentada por Jarus sobre os Parintintins os mostra “como ‘comedores de cabeças’. Habitam o centro das matas e só vem à margem do Madeira para saborear o seu manjar predileto: cabeça de gente” (“Notícias do Norte”, 1900).

Porém, a matéria também reproduz observações aleatórias sobre os Jarus, sem qualquer relação com a informação anterior na mesma matéria:

Agarram-se ao homem a quem amam e com as unhas retalham-lhe a cara, dão-lhe verdadeiros golpes de onde escorre com abundância o sangue. O homem, por sua vez também, deve retribuir o carinho, mas não d’esta forma: deve aplicar-lhe as mais tremendas bofetadas; se de cada taponar resultar uma queda, é que o amante é realmente, é impetuosamente amoroso! Chamam a isso - “brincar gavião” (“Notícias do Norte”, 1900).

Viajantes como Hans Staden são já-ditos que alimentam a imaginação do leitor. Sequestro de pessoas por indígenas misturam passado e presente, arcaico e moderno. A falta de organização das informações, característica da imprensa da época, auxilia na verossimilhança das aventuras. O exótico dos costumes indígenas e o ordinário dos personagens centrais criam um efeito de sentido de selvageria e de diferença. Andarilhos e funcionários de ferrovias são capturados por ‘indivíduos selvagens’ de etnias genéricas, que andavam nus, untados de banha de anta, roubavam e matavam viajantes, comiam cobras ainda palpitantes e dormiam amarrados aos outros pelos polegares (“Viagem extraordinária”, 1901; “Preso por uma tribo”, 1903).

A coluna “A Semana” (1904) faz a crônica da atuação do moderno sobre o arcaico em texto que trabalha a conquista tecnológica do sertão pelo avanço das ferrovias (em particular, a de São Paulo a Cuiabá). Tem-se uma reconstrução do Brasil como o *tópos* do *locus amoenus*, o paraíso na terra (Fiorin, 2008). As riquezas brotam do chão: “matas de . . . poaia, . . . bosques de seringa, . . . ouro, ouro, ouro, . . . ferro” (“A Semana”, 1904). Porém, vagam sobre essas riquezas “o anthropophago Barbado,



o desconfiado Poreci, o dócil Cabaçal, o rebelde Cabexim, o activo Bacahyri”. É importante notar que os diversos povos são diferenciados na relação com o não índio.

O *tópos* de riquezas cercadas de selvagens cria o argumento de tomada de território e controle ou até de extermínio de população. A bonança desafiava a modernidade. O “primitivo” se afasta do “movimento civilizador” (“A Semana”, 1904). Diversos já-ditos se misturam na história de Marcelino Prado. Paulista liberal cujos negócios em Cáceres, no Mato Grosso, naufragaram, evitou procurar refúgio num emprego público e adentrou com a família pelo rio Sepotuba. Encontrou lugar rico em seringa e poaia e firmou fazenda, “é adorado” pelos “índios mansos chamados chiquilos” da Bolívia, que trouxe como “colonos livres” (“A Semana”, 1904). Fez fortuna e pagou as dívidas. Era a mistura do bandeirante brasileiro com Peachey Carnehan e Daniel Dravot, personagens do conto “O homem que queria ser rei”, publicado em 1888, de Kipling (2010 [1888]). O paraíso na terra seria tomado pela modernidade.

Os discursos da civilização dos índios e o da ciência se misturam nas sociedades e associações etnográficas ou para civilização dos índios por todo país. Tais instituições tinham diversos matizes, como a “Liga da Imprensa em favor da Catechese e Civilização dos Índios Brasileiros”, no Pará (“Em pról”, 1902), ou a “Liga Catharinense para a catechese dos selvícolas”, com o auxílio de Frik (1907)⁸.

A matéria “Associação ethnographica” (1901) apresenta o protótipo dessas agremiações. Os estatutos indicam as ações sobre o indígena: incutir o patriotismo, protegê-los e auxiliá-los no acesso à ‘civilização’. O texto alega que a sociedade contribuiria para o futuro Museu Arqueológico do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, que abrigaria as coleções e os estudos etnográficos (culturas, costumes, línguas, lendas etc.). Os museus dão legitimidade ao trabalho de contato, catalogação dos estágios e assimilação/

aculturação por meio do assentamento rural. Uma revista etnográfica divulgaria os achados. No texto, o discurso da ciência destaca que indígenas são “homens rústicos afastados já, em sua maioria, do selvagem”. Essas entidades não contextualizavam as diversas culturas, apresentando uma visão conservadora do evolucionismo.

Stocking (1985, p. 7) comenta que, entre 1840 e 1890, a antropologia estava ligada diretamente ao museu. O autor ainda apresenta que as sociedades etnográficas se tornam um “cenário institucional característico” e que as mais importantes eram as de Paris (1839), Nova York (1842) e Londres (1843). O primeiro grande museu etnográfico, que se tornou padrão a ser seguido, foi o Peabody Museum of Archaeology and Ethnology (EUA), de 1866.

No Brasil, os modelos de indigenismo dessas sociedades etnográficas se mostram como retórica⁹. A ideia de instituições municiando um museu de cultura material de uma etnia qualquer era uma questão bem orquestrada para ser apresentada como a grande solução para o ‘problema indígena’. As sociedades e os museus se encarregariam de trabalhar o jogo da alteridade. O termo sempre se relaciona ao ‘outro’, pois o material pertence e representa aquele que é descrito e objetificado no museu (Stocking, 1985).

A narração da civilização dos índios seria feita por meio da coleção de cultura material no museu. O que Rondon e Roquette-Pinto fizeram no Museu Nacional não foi ideia original, era a união entre discurso da ciência e da civilização dos índios. Dessa forma, os dois discursos participam da dimensão educativa que todo museu tem (Possomai, 2015), mesmo que restrita a eruditos. Roquette-Pinto apresenta que o positivismo não foi apenas uma doutrina da moda, tampouco um elemento retórico de letrados, mas foi um sistema “filosófico, político, científico e religioso” usado como *ethos*, no qual se compartilhava valores e todo um sistema de crença que deu direção a uma parcela importante de

⁸ Alberto Frik, etnólogo tcheco, que alertou jornais e autoridades brasileiros, em 1907, e no XVI Congresso de Americanista de Viena, em 1908, e atestou que colonos alemães financiavam correrias contra os Caingangue.

⁹ Entendido neste artigo como reprodução sistemática e organizada de determinadas teses, argumentos e conceitos.

intelectuais e cientistas no final do século XIX e início do XX (Ferreira, 2008, p. 87), mesmo não sendo um bloco único e coeso. Os positivistas tinham como um traço característico as intervenções na vida pública, por meio das quais também divulgavam seu programa cientificista.

1908-1910: MUDANÇA DE DISCURSO

Devido às vinculações políticas, órgãos da imprensa divulgavam projetos distintos de civilização dos índios. O embate era sobre quem levaria a cabo tal transformação com maior ou menor dor para todos os envolvidos: catequese religiosa e governamental, catequese leiga e privada e catequese leiga e estatal. Em grau diferente do de Rondon, as missões religiosas salesianas e o projeto de Leolinda Daltro também tiveram reverberação na imprensa.

O conceito de catequese veiculava o trabalho de assimilação e tutela da população do sertão para o leitor urbano. Como já-dito, o termo comunica uma perspectiva de ensino contínuo, trabalhando em consonância com a mistura cientificista de darwinismo social e civilização pelo exemplo. Os princípios de filantropia, de assimilação e de transposição de estágios permeavam diversas correntes do campo indigenista, definindo regras básicas de produção simbólica (Bourdieu, 2007). Os indígenas são representados em regimes narrativos e imagéticos, instaurados desde o século XIX, não considerados política ou economicamente (Oliveira, 2021). Segundo o cientificismo periodista, o contato e o exemplo fariam a transformação do indígena em civilizado. Por isso, os discursos eram de convencimento.

Dessa forma, mesmo que discretamente, diversas intuições convergiam para uma mesma posição discursiva que indica a mudança. As notícias de ataques motivados por pura bestialidade, aos poucos, perdiam o espaço. O jornal A Republica salientou que a “opinião geral é que urge dar um paradeiro á perseguição armada contra os índios em Santa Catharina, para evitar as represalias destes e as suas terríveis incursões pelo Paraná” (“Revanche de índios”, 1907). O mesmo jornal tomou posição em

favor dos “botocudos”, afirmando que teve repercussão favorável dos leitores, pois os ataques eram, em geral, “uma represalia á provocações violentas e não justificadas, dos homens civilizados” (Castro, 1908).

A Câmara dos Deputados autorizou a criação de uma colônia militar no Maranhão com o intuito de impedir ataques de indígenas. O projeto do deputado Luiz Domingues (que depois foi governador do Maranhão, entre 1910-1914) sublinhou que não se devia retribuir brutalidade com fuzis e que o soldado auxiliava o religioso no trabalho de atração “pela civilização, é que é o nosso dever de povo culto” (Annaes da Camara dos Deputados, 1908, p. 71).

Na imprensa, o discurso da ciência era o consenso para a operacionalização do controle; a ideia de auxílio ao incapaz humanizava e criava mais identificação entre os leitores. Especificamente, a etnografia apresentava-se como conhecimento do outro e, assim, meio para ordenação e disciplina da população (Bittencourt, 2012). A mudança da perspectiva de selvagem contra civilizado para a da agressão e revide indicaria que os povos indígenas compreendiam a invasão de seu espaço, supostamente corroborando as ideias elementares, a uniformidade psíquica inerente ao ser humano, de Adolf Bastian. Já o altruísmo positivista evidenciava que não haveria transposição de estágios sem contato e controle efetivos, que só se dariam por meio pacífico.

No discurso, os conflitos são colocados em segundo plano em favor do debate sobre a tomada de território, bem como sobre a inserção desta população periférica na sociedade e no mundo do trabalho. A persuasão e o consenso são processos difusos e lentos, incutidos ao longo da reprodução dos discursos. O espírito do tempo é resumido em “O fardo do homem branco” (publicado em 1899), de Rudyard Kipling (Domingues, 2020), com um discurso imperialista que usa o subterfúgio do auxílio humanitário e da missão civilizatória para dominação do outro e exploração de seus recursos, *noblesse oblige*.

Um evento crucial para o debate indigenista é a publicação, pelo diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, de “A anthropologia do estado de São Paulo” (Ihering, 1907),



na Revista do Museu Paulista, suporte que considerava adequado para debate entre pares (Bittencourt, 2012). O artigo conclama o extermínio daqueles indígenas que impedem a colonização do interior paulista. Para E. Ribeiro (2009), trata-se de uma segunda edição, acrescida de mapas e dados linguísticos, de um trabalho apresentado na Exposição Universal de Saint Louis (EUA), em 1904, que não tinha as afirmações polêmicas.

Lima (1992, p. 156) ressalta que a repercussão do artigo de Ihering se estendeu até 1910 e que o debate não teve as proporções alardeadas pela “história oficial” do SPI, dado que o indigenismo era questão secundária, mas trouxe a figura de Candido Rondon para os holofotes. As reações ao artigo foram um ponto-chave para a consolidação da “catequese leiga”, proteção e governo oficial dos índios. A estatização do trato com o indígena deu aos rondonianos primazia sobre o discurso da civilização dos índios. Iniciavam-se jogos de forças e práticas discursivas que auxiliaram no silenciamento dos discursos concorrentes (Foucault, 1996).

O protesto da Congregação do Museu Nacional, datado de 4 de dezembro de 1908, foi redigido por Domingos Sergio de Carvalho, professor de antropologia e diretor da Quarta Seção. O texto acompanha a antropologia de seu tempo: o indígena é o habitante original do Brasil, o primeiro dono das terras; é tão “inteligente e industrioso” quanto qualquer povo do mundo; e carece de relação com o Estado (Magalhães, 1942, p. 304-305). As manifestações motivadas pela Congregação, publicadas em jornais importantes, convergem para o padrão socialmente compartilhado do cientificismo, em geral, e do positivismo, em particular. Indicam a necessidade de uma instituição civilizadora para guiar os indígenas, trazendo o sertão para a modernidade.

Alinhada ao positivismo, A Republica publicou “Telegrammas” (1908): “Rio, 7 - Os jornaes de S Paulo atacam o dr. Iheing, director do Muzeu Paulista, por aconselhar o extermínio dos indios como meio de civilisar as regiões incultas do paiz”. Depois, reproduziu integralmente o protesto da Congregação (“Os indigenas”, 1908).

A revista Matto Grosso (Rondon, 1909), marcadamente católica e ligada às missões salesianas, publicou o telegrama aberto de Rondon a Batista de Lacerda, diretor do museu.

O Malho demonstrou o espanto da população com a ideia do diretor do Museu Paulista: numa charge, três padres fazem piada com o fato de ser alemão “e a cerveja é um cozimento fermento de cevada e lúpulo, que às vezes, tem dessas coisas...” (“A causa”, 1908).

Na coluna de crônicas de costumes “Tres tiras” (1908), de O Paiz, a ideia de Ihering é tida como “esdruxula”. No discurso da ciência, o *name dropping* de teorias genéricas (como *revide* indicativo de grau de cultura) e de um cientista não especificado são o argumento de autoridade contra Ihering. Ao final, o autor pergunta se “Leolinda Daltro e seus apinagés” já estariam “á procura do tal homem, que quer matar os indios”. O humor silencia a concorrência. Ainda que fosse vendido na imprensa como o explorador e civilizador do sertão, o trabalho rondoniano não era unanimidade. Surgiram reclamações sobre o custo da obra e sobre castigos corporais (“Uma féra”, 1910). O trabalho no sertão era conhecido por ser brutal. Em seu livro “Through the Brazilian Wilderness”, Theodore Roosevelt reproduziu a resposta de um cozinheiro que foi convidado para integrar a comissão: “Senhor, jamais fiz nada para merecer tal castigo!” (Roosevelt, 1914, p. 155).

A repetição de um tópico ou tese mostra como se cria a realidade e se restringem discursos divergentes (Ashcroft & Ahluwalia, 2001; Said, 2003; Foucault, 1996). Com o passar do tempo, a tutela tornou-se autorrepresentação do próprio indigenismo (Oliveira, 2021). Na imprensa, a narrativa da tutela rondoniana calava concorrentes para que se protegesse tutor e tutelado. Em tal sentido, a modernidade positivista tinha um foco colonialista: uma periferia colecionada com o olhar colonial; nomear o outro e o que é dele e representá-lo.

1910-1920: CONSOLIDAÇÃO DOS DISCURSOS

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi instituído com o fim de criar um ambiente (configuração social)



para os trabalhadores livres, com associativização rural, implementação de infraestrutura e fixação de mão de obra no campo (Lima, 1992). Rodolfo de Miranda, ministro da pasta entre 1909 e 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 (Brasil, 1910), seguindo os moldes de “serviços previstos desde o Decreto nº 1.606/1906” (Lima, 1992, p. 171). O SPI foi criado com base no Apostolado Positivista, em relativa decadência, e o trabalho da linha telegráfica no sertão foi usado como mecanismo de articulação política. Rondon foi convidado para dirigir o órgão. O SPI e o Museu Nacional estavam na esfera de administração do ministério, a comissão tinha tripla subordinação a este último e aos ministérios da Guerra e da Viação e Obras Públicas. Apesar do início da profissionalização na pesquisa etnográfica e da divulgação das descobertas pela imprensa, politicamente, o museu era visto como grande depósito de coleções da administração colonial interna.

A criação do SPI foi exaustivamente trabalhada em incontáveis teses e artigos. Entendo que é importante enfatizar as relações próximas entre Comissão Rondon e SPI, já que, discursivamente, o indigenismo foi ligado propositadamente aos militares. Seguindo a premissa de Lima (1995), houve um trabalho de organização do que seria enaltecido e silenciado na atividade do SPI. Nesse sentido, a imprensa é usada para além da representação da realidade.

É importante notar que a exposição dos trabalhos da Comissão Rondon e do SPI nos jornais auxiliou a luta por verba na Primeira República. Com o SPI, o discurso da civilização ganha uma versão oficial, sendo veiculado por vozes muitas vezes difusas, mas consonantes. O indigenismo estatal fez com que o trabalho rondoniano tenha ocupado, por força, espaço midiático: a administração pública teve lugar cativo nos jornais. O modelo de comunicação de massa daquele momento tornou Rondon uma presença obrigatória nas matérias sobre os indígenas e o indigenismo.

Uma forma simples de fazer o chefe da comissão aparecer nos jornais era fazer com que a notícia partisse dele ou passasse por ele: ele recebia um telegrama e o repassava aos jornais ou lhes enviava um telegrama com determinada notícia. Há uma mudança no vocabulário. Enquanto até 1910 as palavras mais usadas eram ataque, selvagem, antropófago etc., determinados conceitos, palavras-chaves e já-ditos foram utilizados para sistematizar a midiaticização da política e da prática rondoniana de não violência. Na junção com o discurso da ciência, o indigenismo usava termos como: localização, pacificação, união nacional, ‘infância da humanidade’, ‘auxílio aos que vagam’ etc. Há um ufanismo científico, uma força midiática do conhecimento do Brasil por cientistas nacionais, e o *tópos* do *locus amoenus* se transformava em inferno verde, o medo do sertão (com índios antropófagos, onças, doenças, rios caudalosos), como apresentado anteriormente, alavancava a conquista do território, mas agora por meio do heroísmo, da abnegação e do patriotismo dos militares indigenistas. Trata-se, portanto, de uma reorganização dos termos cientificistas amplamente conhecidos pela elite intelectual.

No início do século XX, a pacificação se relacionava com o restabelecimento da paz nas alterações nacionais, como a Revolução Acreana (1899-1903) e o Contestado (1912-1914), e internacionais, como o Transvaal, durante a Guerra dos Bôeres (1899-1902), ou a Guerra de Independência das Filipinas (1899-1902). Quanto ao indigenismo, a palavra não denota restabelecimento, mas contato e controle de população e território. Pacificar é domar, ainda que de forma simbólica. Trata-se de um processo longo e cheio de revezes; para efeito dramático, é comum que o texto padrão rondoniano apresente o primeiro contato como um clímax. Isso se deve ao fato de a pacificação ser condição *sine qua non* para a civilização/modernização e inserção do Brasil no plano econômico mundial. O termo foi mais utilizado com a midiaticização dos trabalhos da comissão, a partir de 1908. O contato pacífico foi o primeiro ato de um enredo que terminaria com a

transformação de uma natureza selvagem em moderna, produtora de riquezas, e de indígena em brasileiro. Para Lima (1995), a civilização dos índios representou uma guerra de conquista, o desmanche de uma sociedade tradicional e a imposição de outra.

A “pacificação dos Nhambiquaras” (Barbosa, 1910) foi a primeira midiaticizada. O ofício de Luis Bueno Horta Barbosa, inspetor regional do SPI, em 29 de dezembro, explicitava os eventos, as figuras e as práticas envolvidas: histórico de ataques aos militares, a tática de deixar presentes e a técnica de contato não violento e sem represálias. Previamente às fotos e aos filmes que povoaram a mente da elite brasileira, os elementos que atestavam o contato foram a coleta de vocabulário e de objetos etnográficos.

Publicado em O Paiz um dia depois do telegrama de Horta Barbosa, trazendo a mesma informação, o texto apócrifo “Um bello exemplo” (1910) é importante por ser um dos primeiros textos padrão sobre o trabalho rondoniano. Ainda que o emergente profissionalismo jornalístico criasse um texto objetivo, esta matéria foi organizada em esquemas com algumas imagens literárias que transformaram a informação num digesto, numa resenha. Muitas características deste artigo foram reproduzidas em outros textos. Sem a objetividade ou a impessoalidade da informação jornalística, a matéria cria um discurso coeso e homogêneo que aproxima o autor do leitor. Começa com uma descrição do avanço das explorações de 1909 e afirma a ferocidade daquela etnia. Por ser um trabalho de militares, a tática do contato é sempre ressaltada. Narra a técnica de aproximação, feita em movimentos de avanços, retrocessos e desvios, dado que os expedicionários entendiam as demonstrações de intenções e deixavam presentes estrategicamente localizados. Como indica Lima (1995), eventos como ataques são usados como *marketing* para os militares e a própria figura de Rondon. Não revidar era princípio total, a máxima pacifista dos positivistas era colocada em prática e o texto indicava que surtia o efeito apregoado pela ciência, os

“irresponsáveis malfeitores” (índigenas) entendem a nobreza dos presentes. A narração ainda mostra a civilização levada ao sertão de forma ampla, dado que o seringueiro e o caboclo também estão contemplados. A representação se afasta do outro em si e depende mais de quem a elabora, pois precisa fazer sentido para o leitor final (Said, 2003). Há suposições construídas para dar coesão interna ao texto. Na imbricação com o discurso da ciência, o da civilização do índio manipula a representação do outro de diversas formas e entrega ao leitor as convenções que este conhece: exemplos da transposição de estágios; e uma humanidade geral característica sobre a qual se baseia o assimilacionismo.

A publicização criava a homogeneização dos trabalhos pelo Brasil e a abnegação vinculada ao discurso civilizatório angariava simpatia e adesão da opinião pública. Localização, organização, contato ou pacificação ganhavam força na imprensa, trazendo notícias de diversos estados. O capitão Taulois, inspetor do SPI na Bahia, em telegrama para Rondon, informou que o estado pretendia ceder terras para o SPI fazer uma reserva para a etnia Puchichá. O texto da matéria parece cuidadosamente elaborado para refletir o projeto indigenista como representação de realidade, ou seja, o texto se coaduna com outros para criar um sentido de unidade ao trabalho rondoniano. A repetição do raciocínio cientificista de evolução e auxílio da civilização dos índios está no cerne da matéria. Ainda que o texto se distancie do digesto e tenha determinada objetividade, não mostra que o conflito se daria por terras, mas pelo “estado nomeado daqueles silvícolas”. Nomadismo e “inferioridade” são o argumento científico da intervenção oficial, chamada de “elevada missão” (“Notas”, 1911).

O Correio Paulistano publicou um telegrama de Rondon (1911) para o ministro da Agricultura sobre o início do processo de pacificação dos Caingangues de região de Avanhandava, São Paulo, por onde passa a E. F. (Estrada de Ferro) Noroeste do Brasil. O uso de intérpretes, Caingangues paranaenses, era noticiado. O discurso da civilização foi usado para silenciar a concorrência: “carrancudos partidários de

seu extermínio poderão verificar que os Kaingangs não são elementos contrários á civilização paulista; ao contrario, constituirão, nos sertões, a base essencial para a formação do uma raça de fortes” (Rondon, 1911).

As etapas da modernidade reverberavam na opinião pública. Na seção “Mala do Interior” (1911), as notas de mudanças de domicílio e casamento davam lugar à chegada, na região de Campos Novos do Paranapanema, dos “capitalistas, José Christiano de Sousa e o dr. João Gogliano, diretores de uma forte companhia” que pretendiam “plantar um milhão de pés de café”. A modernidade decorreria da pacificação, pois, como se afirmava, “o cafezal será formado no local hoje habitado pelos silvícolas” (“Mala do Interior”, 1911).

Esse contexto de modernidade favorecia o estudo etnográfico. Os discursos reorganizavam a análise de objetos, usos, costumes, relações interétnicas entre indígenas, seringueiros, fazendeiros ou colonos. Surgiam novos especialistas de um campo do saber que buscavam vínculos estreitos com a prática (Bourdieu, 2007). Com ufanismo científico, o sertão era dissecado na capital federal, e esses profissionais tinham respaldo na imprensa.

Com a chegada das primeiras peças etnográficas da Coleção Comissão Rondon (Santos 2011), Edgard Roquette-Pinto participou do Congresso Internacional das Raças, em Londres, em 1911. Esse trabalho foi posteriormente publicado com o título “Notas sobre os índios Nhambiquaras do Brasil-Central”, na Revista Brasileira - Brasilianische Rundschau (Roquette-Pinto, 1912a). O Museu Nacional ganhava proeminência no cotidiano e participava do projeto de nação.

Muitos eventos concorrem para o grande momento da divulgação do trabalho rondoniano entre 1911 e 1915: o trabalho de contato e pacificação, as palestras destinadas a públicos diversos (notadamente em 1911, 1913 e 1915), a excursão de Roquette-Pinto à Serra do Norte, uma das primeiras grandes expedições etnográficas profissionais realizadas com a chancela do Museu Nacional, e a visita de Theodore Roosevelt.

É difícil encontrar interferências diretas nos jornais, mas as reações a determinado assunto ou o impacto pretendido é perceptível (Van Dijk, 2010, p. 22). A comissão e seus auxiliares tinham contato estreito com veículos de informação com linha editorial favorável ao governo, à causa indígena ou ao positivismo. Em 1911, Rondon realizou três conferências no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, amplamente divulgadas e reproduzidas integral e parcialmente na imprensa. O militar informava ter encontrado uma tapera no sertão toda forrada com caricaturas de O Malho (P. Rego, 1911). Entre os anos 1909 e 1911, a temática indígena apareceu 24 vezes nesta mesma revista, entre charges, piadas e reportagens sobre as diversas correntes do indigenismo. Porém, o humor silencia as missões religiosas e, principalmente, o trabalho de Leolinda Daltro (Corrêa, 1989).

O trabalho de convencimento também era realizado no interior, aproveitando a distância relativa que aproximava o leitor do assunto. A palestra “Catechese dos índios”, proferida por China (1912) na Associação Artística e Literária de Taubaté, em São Paulo, versava sobre o processo de pacificação no noroeste de São Paulo. José China era morador influente da região, mencionado no Correio Paulistano como tenente honorário do exército, catequizador de índios, professor de português, inspetor escolar, auxiliar administrativo e representante do próprio jornal.

O texto informa que o palestrante trabalhava no “serviço oficial de pacificação na Noroeste” (China, 1912), no SPI. As linhas-guias de um texto padrão rondoniano estão presentes, com adaptações devidas à política regional (menções a juiz, delegado, religiosos etc.) e à sua *expertise*. A contribuição apresenta o contexto regional do trabalho com histórico da distribuição regional, das migrações e das subdivisões principalmente dos ‘coroados’; o autor mostra erudição ao atentar sobre filiações linguísticas entre nações e comparação entre vocabulário; heroísmo e abnegação do serviço estão na narração do ataque ao acampamento em que ele era chefe; mas o protagonismo do serviço estatal fica comprometido no trecho “com toda imparcialidade



falou sobre a catequese religiosa em tempo intentada pelos missionários capuchinhos em Campos Novos” e na menção a missões particulares (China, 1912).

Em um grau maior do que José China, Roquette-Pinto foi um representante oficial da ciência que atuou no projeto de nação. A Excursão à Serra do Norte (1912) foi descrita na imprensa com o sentimento de ufanismo científico legitimador da civilização do sertão. O cotidiano dos indígenas e o choque cultural fizeram pequenas mudanças no texto padrão rondoniano, dando outra roupagem ao tom fantasioso. Informações incongruentes e objetificações criavam dramaticidade. A suposta falta de relações entre Nhambiquara e seringueiros de regiões vizinhas criou a lógica de docilidade, “confiança ingenua, franca e inteira” (“A catechese dos índios”, 1912). Alguns diários noticiavam que os militares passaram fome e foram socorridos pelos indígenas. O jornal A Noite publicou uma carta de Roquette-Pinto (1912b) que desmente tal informação.

O projeto de nação é bem utilizado no desenvolvimento da ciência brasileira, principalmente com intercâmbio de material e informações com importantes instituições estrangeiras, e na divulgação pela imprensa do trabalho de esquadrinha do país por seus naturais. Roquette-Pinto tirou proveito do momento, realizando conferências e publicando artigos, tese e livro (Santos, 2011). O trabalho de Roquette-Pinto conseguiu suposta mídia espontânea. O periódico Careta, por exemplo, descreveu Rondon e Roquette-Pinto como os desbravadores científicos do país (“No interior”, 1913). A reportagem desmonta o estereótipo de canibal e selvagem e mostra também o trabalho do seringueiro. O professor é enaltecido como um estudioso da alma daqueles que seriam incorporados à sociedade legal.

Publicada na íntegra no Jornal do Commercio, influente jornal conservador (no dia 22 de março de 1913), a conferência de Roquette-Pinto (1913) mostrava o início da profissionalização da etnografia no Brasil. O método científico se sobressai ao cientificismo ao informar que a pesquisa de campo é o rito de passagem do antropólogo. Roquette-Pinto trabalhou os temas e as contradições de

seu tempo, como a dicotomia entre litoral e sertão, bem como narrou costumes dos indígenas que os colocavam em estágios distintos de civilização com relação ao elemento europeu. A crítica social se aliava ao estudo dos tipos brasileiros; o caboclo cuiabano era o trabalhador nacional por excelência e sofria com o sistema de barracão. Exortava que a única saída desse abandono era a abolição do analfabetismo. Roquette-Pinto dizia que foi estudar os Nhambiquara antes que os alemães o fizessem. Nesse momento de transição da antropologia, é importante salientar a influência alemã na etnografia brasileira.

Ampliando o tema, é importante colocar em perspectiva a rede científica dos séculos XIX-XX e certa concorrência entre os museus. Entre 1893 e 1907, a administração de Emílio Goeldi fez do Museu Paraense um *hub* acadêmico germânico (Alemanha, Suíça e Áustria) que recebia pessoal especializado para expedições, patrocinadas por instituições europeias ou por iniciativas particulares. Um dos grandes mecenas das ciências no Pará era o cônsul alemão em Belém, que patrocinava excursões por meio da Casa Berringer & Cia, de sua propriedade (Sanjad, 2019). O profissionalismo auxiliava na análise dos objetos e na publicação de artigos na Europa, os quais aumentavam o prestígio para futuras expedições (Sanjad, 2019). Apesar de o Museu Nacional se beneficiar da administração estatal e do trânsito do material pela comissão, esses objetos ainda eram oriundos de coleta não especializada, acompanhados de documentação insuficiente e passíveis de compensação feita pela classificação de gabinete (Grupioni, 2008; Nascimento, 2009).

A. Ribeiro (1945) publicou, em O Paiz, uma crítica à administração do Museu Nacional, mostrando-se engajado no projeto de nação, ao salientar que, na República, os museus de história natural deveriam ter função prática de pesquisa e ensino em diversos âmbitos, como na agricultura, mas a realidade dos cortes de gastos chegou ao museu. Assinalou que o personalismo dos diretores refletia no ambiente institucional do museu e criava uma homogeneidade de sentido, um cientificismo que transformaria tudo em *hardscience*, que pretendia uma



descrição minuciosa, mas criava o problema escolástico de falta de “pragmatismo mecânico” (A. Ribeiro, 1945), ou seja, falta de visão de indústria, de cadeia de produção, de ligação entre partes. Os cursos tinham poucos alunos e as publicações ficavam restritas à academia. Por falta de recursos e de vontade política, não havia conexão entre a ciência produzida no museu e a sociedade.

A viagem de Theodore Roosevelt¹⁰ pela América Latina (1913-1914) teve repercussão na mídia brasileira e americana. A parte do sertão serviu como resumo dos trabalhos civilizatórios e ocupou espaço na mídia pelos cinco meses que durou. O importante é que a ideia de que o Brasil ocupava um lugar no ocidente foi colocada na pauta.

Aproveitando a repercussão criada pela vinda de Roosevelt e a ligação final da linha telegráfica, realizou-se uma sequência de palestras ao longo do ano de 1915. No Rio de Janeiro e em São Paulo, Rondon fez o resumo técnico das conquistas geográficas durante três dias de palestras em cada cidade. Ao lado de Miranda Ribeiro, Roquette-Pinto também realizou conferências no Museu Nacional. A resenha “A Rondonia” (1915)¹¹, a primeira referência impressa à palavra, mostra o “papel científico e social” do trabalho rondoniano. Assim, a comunicação entre Amazônia e capital federal foi “um atilho a prender todo o Brasil em um só bloco, indivisível, coeso e homogêneo” (“A Rondonia”, 1915). O fardo do europeu ganhava viés de união de ordens moral e econômica.

O Jornal do Commercio (“Conferencias”, 1916) foi mais profundo e nomeou os povos recém-contatados: “Barbados, Kepi-keri-auats, Paustês, Urupús, Arikemes, Urumte e Matemautês e Cajabis” (“Conferencias”, 1916). Havia uma preocupação com o valor da ciência brasileira, ferramenta de conhecimento do indígena, que se desvencilhava da ciência periodista. Roquette-Pinto

afirmava que o primeiro contato pacífico não foi o início de amizade duradoura, mas de relações tensas que precisavam de constante acompanhamento. Trouxe o exemplo da morte de um fazendeiro por Caiabis após o primeiro contato pacífico.

O discurso de civilização dos índios deu contornos descritivos às relações interétnicas e aos diferentes costumes, criando o efeito de sentido de *still* de estágios civilizacionais. As observações antropológicas do momento estão no resumo das descobertas científicas: foram encontradas populações “ainda no estado mais primitivo”; mapearam-se “nações vagamente conhecidas” (“Conferencias”, 1916); é preciso mais estudo sobre “distribuição geographica dos grupos e suas pretendidas migrações”; e a hipótese difusionista de Paul Ehrenreich, baseada nas ideias de D’Orbigny, Martius e Von den Steinen (Noelli, 1996), de que o planalto brasileiro seria o irradiador de populações ganhou subsídios por se encontrar “lado a lado, e no mais primitivo estado tribus pertencentes a grupos diferentes” (“Conferencias”, 1916).

“Rondonia” (Roquette-Pinto, 1917) foi recebido com certo ufanismo científico. As críticas pretendiam alcançar consagração semelhante à de “Os sertões”, uma literatura científica que explica mazelas. Diferente de Euclides da Cunha, por questões profissionais, Roquette-Pinto era parte de projeto nacional estatal. É importante notar que “Rondonia” teve impacto relativo, também causado por uma força estatal de distribuição e aclamação.

Na Revista Americana, órgão do Itamaraty, a resenha de Moraes Coutinho exaltou Roquette-Pinto como real conhecedor dos povos indígenas do Brasil, afirmando que o antropólogo trazia os interesses gerais da humanidade e era conhecedor da natureza humana. Coutinho criticou outros autores por um discurso da

¹⁰ Convidado pelo ministro do Exterior, Lauro Müller, antigo colega de Escola Militar, Rondon acompanhou Roosevelt em uma viagem pelo sertão. A comitiva recebeu o nome de Expedição Científica Roosevelt-Rondon (1913-1914) e rendeu o livro “Through the Brazilian Wilderness” (Roosevelt, 1914).

¹¹ Na Revista do Brasil (Roquette-Pinto, 1916, p. 170), o antropólogo fez uma pequena explicação do termo como parte de uma tradição que remete a Ayres de Casal (Mundurucuia e Bororonia) e Candido Mendes (Pinzônia).

ciência que sufocava a verve literária com “excessos de palavras” e “papagaios” em prol de uma apresentação objetiva dos fatos (Coutinho, 1918, p. 95). O texto pendula entre poeta e cientista. O resenhista entendia que, para se compreender melhor tal obra antropológica e etnográfica, era preciso um cotejo com os trabalhos de Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich, para quem Roquette-Pinto se voltava “rectificando ou corrigindo, ou reivindicando” (Coutinho, 1918, p. 94).

Menos elitizada e com a força de O Estado de São Paulo, a resenha de Monteiro Lobato celebrava a pesquisa de Roquette-Pinto com elogios à leveza do texto e à avaliação das psicologias por meio de pequenas histórias (Lobato, 1918), usando o discurso da ciência com observações gerais das muitas teses da época. Dentro do espectro da evolução civilizacional, os Nhambiquara foram colocados no estágio mais baixo, tendo como indicação a falta da rede e de animais domésticos, a arte plumária e a cerâmica rudimentar, trazendo, como efeito dramático, “reminiscências próximas do período antropofágico” (Lobato, 1918, p. 3). O determinismo geográfico se destaca no idioma sem aparentes influências externas e em doenças únicas e endêmicas.

Monteiro Lobato criticava a administração federal que, diferente de todos os editores, não pôs o livro à venda. Para o escritor, poucas pessoas teriam um exemplar, “os outros, o caruncho comerá” (Lobato, 1918, p. 3).

Nos últimos anos da década de 1910, as três instituições se misturaram no *faits divers* e participaram da vida pública. Na matéria “A Comissão” (1918), Museu Nacional, SPI e Comissão Rondon patrimonializaram o indígena em diversas perspectivas. A Quarta Seção representava o Museu Nacional, apresentando vegetais dos Nhambiquara, musealizados etnograficamente, os quais ganhavam vida política fora da instituição. A classificação de gabinete fazia uma representação científica e multidisciplinar dos Nhambiquara, descritos em sua originalidade, no potencial uso na lavoura, nas cores, nas dimensões, na culinária, na cultura etc. Os

indígenas, colocados também em outras esferas, seriam fontes de informação e conhecimento sobre o território, trabalhando junto com outros colonos.

No livro “Rondonia” (Roquette-Pinto, 1917), os próprios Roquette-Pinto e Augusto Comte são citados diretamente (Auzemir, 1918). Em anúncios, Rondon distribuía carteiras de cigarros para os indígenas, ainda representados como exóticos. A dicotomia sertão/litoral é inferida nas “conquistas sociológicas em favor da Civilização Occidental” (Tigre, 1917, s/p) e na troca do arco e da flecha pela espingarda. A busca de uma brasilidade original, marca de alguns intelectuais do período (Abreu, 1998), modificava um tanto a ideia comum de período de civilização *versus* barbárie e se encontrava numa crítica que relativizava a noção de barbárie, comparando-a à liberdade e à nacionalidade singular. Nessa crítica, o indígena, usado como símbolo do homem livre, foi “arrancado às leis da natureza e encerrado entre os paragraphos do Código Civil” (Tigre, 1917, s/p).

Foram publicados resumos dos trabalhos da Comissão Rondon no Mato Grosso. Repletos de fotografias e sem autor, são textos laudatórios nos quais os discursos de civilização do índio e da ciência se mesclavam, mas os intrincados trabalhos da comissão foram separados sistematicamente: geográfico, viação, das ciências naturais (contando etnografia), econômico, administrativo e humanitário (“Os bandeirantes”, 1919).

Em “O nosso cabocismo”, Barreto (1919) apresentou uma crítica ácida à sociedade brasileira. Usou o *tópos* do orgulho de sangue indígena para alavancar uma crítica à pequenez burguesa. Citando o indianismo romântico, mencionou que se pretendia à época uma ancestralidade indígena, um cabocismo irreal. Criticou Rondon por uma fisionomia cruel, por descobertas já conhecidas, por não incrementar a agricultura dos Nhambiquaras e por custar caro aos cofres públicos: “só em milho, elle gastava mais de quinhentos contos por anno . . . Sei disto porque nesse tempo era eu empregado da Secretaria da Guerra e vi os papeis a tal respeito” (Barreto, 1919, s/p). Posicionou-se ao lado de Leolinda Daltro em sua candidatura à intendência

do Rio de Janeiro, indicando a modernidade como um fim alcançável, pois a cidade não é mais 'taba', nem ele, apesar de tudo, selvagem (Barreto, 1919).

Peixoto (1918) trouxe uma síntese diferente do trabalho indigenista e do projeto de nação. No comentário sobre "Rondonia" (Roquette-Pinto, 1917), disse ser a civilização um processo de doma do homem, de fazer do homem gente: "A civilização é a 'domesticação' do homem. Sempre relativa, muitas vezes precária" (Peixoto, 1918, p. 221). Dessa forma, Roquette-Pinto foi tanto naturalista quanto pedagogo. A tomada do território e a civilização se aplicariam, à força, a todos aqueles que não se encaixam, bandidos, criminosos e rebeldes. São bois sem domadores que terminam abatidos. O poeta concluiu: "O humorístico, bem humano, é que são elles que dão os tiros... nos bois" (Peixoto, 1918, p. 220). Em tal sentido, a modernidade almejada, como um conceito e fim entendido de forma distinta por cada grupo, não era para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso da ciência complementa o da civilização dos índios. O primeiro é uma descrição das etapas que teria a função de comprovar a evolução social inerente aos grupos humanos. O segundo é o histórico do contato interétnico que faria tal evolução. A proximidade entre leitor e objeto, a civilização dos índios, por exemplo, é intencional. Era necessário aproximar o leitor final do trabalho no sertão e buscar apoio à ação daquele empreendimento.

Ao longo do tempo, um texto padrão indica certas características do trabalho rondoniano, usadas ao gosto do autor. As diversas figuras retóricas mexeram com os intelectuais, principalmente no final do período estudado; a ciência feita por brasileiros tinha características de um romantismo que persiste na procura por uma singularidade.

Pesquisadores do Museu Nacional e militares tinham estreitas relações com a imprensa, mas isso não permite afirmar que tal texto padrão fosse uma ação orquestrada pelos positivistas espalhados pelo Brasil, embora fossem

um grupo político forte e razoavelmente coeso. É por meio da imprensa que os cientistas alinham o museu ao projeto de nação. A confluência entre um momento de transição da antropologia, o posicionamento político e o *boom* da mídia de massa cria um momento único para Roquette-Pinto, em particular.

A espetacularização das notícias sobre os povos indígenas passa das primeiras informações sobre ataques e canibalismo para a ideia de sociedade e de proteção de território. Não busquei encontrar o redator de cada matéria ou crônica, mas a comparação entre os textos indica semelhanças e padrões textuais. Os discursos andam em paralelo quando a ciência – em particular, a etnografia – monitora os estágios civilizacionais por meio da cultura material dos diversos povos indígenas e depois passa para a observação da sociedade. Os textos buscam uma etnografia catalográfica que mensura o grau de cultura de um grupo, justamente tendo como fiel da balança o elemento europeu/branco. As colônias ou aldeamentos de povos tidos como mansos têm pouca cobertura da mídia; entende-se como silenciamento dos trabalhos de missões religiosas anteriores ou concomitantes ao órgão estatal.

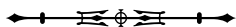
Muitos motivos vistos no artigo foram depois reutilizados em diversos momentos na história do Brasil: a "Marcha para o Oeste", no Estado Novo, a doma da Amazônia como o inferno verde, na ditadura militar de 1964, e uma ideia usada recentemente pela administração de Jair Bolsonaro de que indígenas ocupam o espaço de riquezas naturais (ouro, ferro, madeira e animais). Nesse sentido, a modernidade mistura o ponto a ser atingido com o processo.

REFERÊNCIAS

- A catechese dos índios. (1912, junho 22). *Correio Paulistano*, (17.567), 2. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/25303
- A causa da extinção dos índios. (1908). *O Malho*, (326).
- A Comissão Rondon na exposição de milho 1918. (1918 agosto 31). *Fon-Fon*, 12(35), 37-41. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/259063/30903>



- A Rondonia. (1915, dezembro 6). *O Paiz*, 32(11.382), 2. http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/30076
- A semana. (1904, outubro 24). *O Paiz*, 21(7.321), 1. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/8541
- Abreu, R. (1998). *O enigma dos sertões*. Rocco; Funarte.
- Annaes da Camara dos Deputados. (1908, dezembro 19). *Ao projecto 396 A, de 1908. Annaes da Camara dos Deputados*, 14, 70-78. http://memoria.bn.br/docreader/060917_02/56075
- Ashcroft, B., & Ahluwalia, P. (2001). *Edward Said* (Routledge Critical Thinkers). Routledge.
- Associação ethnographica. (1901, novembro 25). *Diario da Tarde*, 3(831), 1. <http://memoria.bn.br/docreader/800074/3141>
- Auzemir. (1918, junho 26). Questões pedagogicas: a arte de collar. *D. Quixote*, 2(59). <http://memoria.bn.br/docreader/095648x/1434>
- Barbosa, L. B. H. (1910, dezembro 29). Pacificação dos Nhambiquaras. *Correio Paulistano*, (17.029), 2. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/20031
- Barreto, A. L. (1919, outubro 11). O nosso cabocismo. *Careta*, 12(590), 17. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/083712/22178>
- Bittencourt, V. L. N. (2012). Revista do Museu Paulista e(m) capas: identidade e representação institucional em texto e imagem. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 20(2), 149-154. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000200006>
- Bourdieu, P. (2007). *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva.
- Brasil. (1910). Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d8072.htm
- Canclini, N. G. (1997). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Edusp.
- Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras.
- Carvalho, J. M. (2005). *Forças armadas e política no Brasil*. Jorge Zahar Editor.
- Castro. (1908, janeiro 8). Pelo Estado. *A Republica*, 23(6), 1. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/215554/20233>
- China, J. (1912, fevereiro 27). Taubaté: A Catechese dos indios. *Correio Paulistano*, (17.451), 2. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/24127
- Cid, M. R. L., & Waizbort, R. (2006). Alípio de Miranda Ribeiro e as lições da Comissão Rondon para o Museu Nacional. *Filosofia e História da Biologia*, 1(1), 215-227. <https://www.abfn.org/FHB/FHB-01/FHB-v01-13.html>
- Conferencias do museu. (1916, janeiro 1). *Jornal do Commercio*, 90(1), 4. http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/33160
- Corrêa, M. (1989). Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. *Revista Brasileira de História*, 9(18), 43-65.
- Coutinho, M. A. (1918, abril). Despropositos em torno de um livro: Rondonia, de E. Roquette-Pinto. *Revista Americana*, (7), 91-97. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/052558/9261>
- Domingues, J. E. (2020, agosto 6). 'O fardo do Homem Branco': exaltação do imperialismo. *Ensinar História* [Blog]. <https://ensinarhistoria.com.br/o-fardo-do-homem-branco-exaltacao-do-imperialismo>
- Em pról dos indios. (1902, junho 11). *A Republica*, 17(130), 1. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/13350>
- Ferreira, L. O. (2008). Ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In N. T. Lima, & D. Sá (Orgs.), *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* (pp. 87-98). UFMG; Fiocruz.
- Fiorin, J. L. (2008). *Em busca do sentido: estudos discursivos*. Contexto.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola.
- Frik, A. (1907, maio 15). A Liga Catharinense para a catechese dos selvicolas. *Gazeta de Noticias*, 33(135), 1. http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/14816
- Greimas, A. J., & Courtès, J. (1979). *Dicionário de semiótica*. Cultrix.
- Grupioni, L. D. B. (2008). Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (Supl. 7), 21-33. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2008.113491>
- Ianni, O. (1990). A ideia de Brasil moderno. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 1(1), 19-38.
- Ianni, O. (1996). *Teorias da globalização*. Civilização Brasileira.
- Ihering, H. von. (1907). A anthropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, 7, 202-257. <http://www.etnolinguistica.org/biblio:ihering-1907-anthropologia>
- Kipling, R. (2010 [1888]). *O homem que queria ser rei e outras histórias*. Abril.



- Knauss, P., Ricci, C., & Chiavari, M. P. (2010). *Brasil: uma cartografia*. Casa da Palavra.
- Lima, A. C. S. (1992). O governo dos índios sob a gestão do SPI. In M. Carneiro da Cunha (Org.), *História dos índios no Brasil* (pp. 155-172). Companhia das Letras.
- Lima, A. C. S. (1995). *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Vozes.
- Lobato, J. B. R. M. (1918, abril 23). Rondonia. *O Estado de São Paulo*, 44(14.360), 3. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19180423-14360-nac-0003-999-3-not>
- Mafra, M. S. (1904, março 9). Secção Livre: Jurisdição da União em territórios dos Estados. *O País*, 20(7092), 3-4. http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/7367
- Magalhães, A. (1942). *Impressões da Comissão Rondon*. Companhia Editora Nacional.
- Mala do Interior. (1911, setembro 11). *Correio Paulistano*, (17.284), 3. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/22398
- Martins, R. (1901, setembro 11). Limites a suéste. *A Republica*, 16(206), 1. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/12480>
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras.
- Monteiro, J. M. (1996). As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do império. In M. C. Maio, & R. V. Santos (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade* (pp. 15-22). CCBB; Fiocruz.
- Nascimento, F. R. (2009). *A formação da Coleção de Indústria Humana no Museu Nacional, século XIX* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Teses_dissertacoes_tcc/Tese_NASCIMENTO.pdf
- No interior do Brasil: o Coronel Rondon e o Dr. Roquette Pinto. (1913, março 22). *Careta*, 6(251), 22. <http://memoria.bn.gov.br/docreader/083712/8850>
- Noelli, F. S. (1996). As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, 39(2), 7-53. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Anoelli-1996-hipoteses/Noelli_1996_HipotesesOrigemExpansaoTupi.pdf
- Notas. (1911, janeiro 28). *Correio Paulistano*, (17.059), 1. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/20278
- Notícias do Norte. (1900, outubro 15). *O Paiz*, 17(5.850), 1. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/1477
- Oliveira, J. P. (2021). A nação tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. *Mana*, 27(1), 1-31. <http://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n1a201>
- Orlandi, E. P. (2000). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes.
- Orlandi, E. P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Pontes.
- Os bandeirantes do século XX: a obra grandiosa da missão Rondon. (1919, agosto). *Revista Nacional*, 1(3), 15-22. <http://memoria.bn.br/docreader/331600/135>
- Peixoto, A. (1918, março). Parábolas. Domesticação e educação: A margem da "Rondonia". *Revista do Brasil*, 7(27), 219. <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26252>
- Pessoa, F. M. L. (2021). *Jeca-Tatu a rigor: representações do povo na Careta e n'O Malho: identidade nacional na Primeira República (1902-1929)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Pilagallo, O. (2002). *A história do Brasil no século 20 (1900-1920)* (Folha Explica). Publifolha.
- Possamai, Z. R. (2015). Exposição, coleção, museu escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. *Educar em Revista*, (58), 103-119. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.43467>
- Preso por uma tribo. (1903, junho 15). *O Paiz*, 19(6824), 2. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/6132
- Rêgo, A. R. (2021). A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. *Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 15(1), 221-232. <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2293/2432>
- Rego, P. C. (1911). Salada da Semana. *O Malho*, (451).
- Revanche de índios. (1907, junho 26). *A Republica*, 22(147), 2. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/19542>
- Ribeiro, A. M. (1945). *A Comissão Rondon e o Museu Nacional (conferências realizadas pelo professor Alípio de Miranda Ribeiro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1916)*. Ministério da Agricultura; Comissão Nacional de Proteção aos Índios.
- Ribeiro, E. R. (2009). *Ihering e a 'solução final' para o 'problema indígena'*. <http://www.etnolinguistica.org/doc:1>
- Rondon, C. M. (1909, fevereiro). Em defeza dos indígenas brasileiros. *Revista Matto-Grosso de Ciências, Letras, Artes e Variedades*, 6(2), 55-56. <http://memoria.bn.br/DocReader/355771/695>
- Rondon, C. M. (1911, maio 28). Protecção aos índios. *Correio Paulistano*, (17.178), 5. http://memoria.bn.br/docreader/090972_06/21336
- Roosevelt, T. (1914). *Through the Brazilian Wilderness*. Charles Scribner's Sons.

- Roquette-Pinto, E. (1912a). Notas sobre os índios Nhambiquaras do Brasil-Central. *Revista Brasileira - Brasilianische Rundschau*, 25-43.
- Roquette-Pinto, E. (1912b, novembro 29). O Brasil selvagem. *A Noite*, 2(430), 2. http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/1940
- Roquette-Pinto, E. (1913, março 22). Os índios da Serra do Norte. *Jornal do Commercio*, (800), 3-4. http://memoria.bn.br/docreader/364568_10/15537
- Roquette-Pinto, E. (1916, junho). Rondonia. *Revista do Brasil*, 2(6), 169-172. <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26231>
- Roquette-Pinto, E. (1917). *Rondonia* (Archivos do Museu Nacional, Vol. 20). Imprensa Nacional.
- Said, E. W. (2003). *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Companhia de Bolso.
- Sanjad, N. (2019). Nimuendajú, a Senhorita Doutora e os 'etnógrafos berlinenses': rede de conhecimento e espaços de circulação na configuração da etnologia alemã na Amazônia no início do século XX. *Asclepio*, 71(2), 1-25. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.14>
- Santos, R. C. M. (2011). *No 'Coração do Brasil': Roquette Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Santos, R. C. M. (2019). Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Horizontes Antropológicos*, 25(53), 283-315. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000100011>
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1931*. Companhia das Letras.
- Sevcenko, N. (1995). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. Editora Brasiliense.
- Sodré, N. W. (1996). *História da imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Stocking, G. W. (Ed.). (1985). *Objects and others: essays on museums and material culture*. The University of Wisconsin Press.
- Tacca, F. (2001). *A imagética da Comissão Rondon*. Papyrus.
- Teixeira, L. G. S. (2001). A charge: representações humorísticas do descobrimento do Brasil. In I. Lustosa, A. H. Lopes, L. G. S. Teixeira, M. Velloso, & R. Sá (Orgs.), *Do Guarani ao Guaraná: história, humor e nacionalidade* (pp. 20-29). Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Telegrammas: Interior: Ataque. (1908, dezembro 6). *A Republica*, 23(286), 2. <http://memoria.bn.br/docreader/215554/21384>
- Tigre, M. B. (1917, outubro 31). Rondon e a cathechese. *D. Quixote*, (25), 5. <http://memoria.bn.br/docreader/095648/579>
- Tres Tiras. (1908, dezembro 12). *O Paiz*, 25(8.836), 2. http://memoria.bn.br/docreader/178691_03/18179
- Um bello exemplo. (1910, dezembro 30). *O Paiz*, 27(9.582), 5. http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/4990
- Uma fera humana. (1910, junho 6). *Correio Paulistano*, (16.824), 3. http://memoria.bn.gov.br/docreader/090972_06/18356
- Van Dijk, T. A. (2010). *Discurso e poder*. Contexto.
- Velloso, M. (2001). Introdução. In I. Lustosa, A. H. Lopes, L. G. S. Teixeira, M. Velloso, & R. Sá (Orgs.), *Do Guarani ao Guaraná: história, humor e nacionalidade* (pp. 7-11). Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Viagem extraordinária. (1901, dezembro 27). *Gazeta de Noticias*, 28(361), 1. http://memoria.bn.br/docreader/103730_04/3359

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.

